

# Continuidade e ruptura em *O Antigo Regime e a revolução*: o problema da centralização administrativa

Continuity and rupture in the *Ancien Régime and the French Revolution*: the problem of administrative centralization

---

**Josemar Machado de Oliveira**

josemarmachado@yahoo.com.br

Professor adjunto

Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras

29075-910 - Vitória - ES

Brasil

---

## Resumo

Trata o presente artigo de uma análise da obra de Alexis de Tocqueville, centrada em sua visão da Revolução Francesa. Dividimos o artigo em duas partes. Na primeira parte, intitulada "Tocqueville e a história da Revolução: algumas questões de método", procuramos abordar sua metodologia inovadora, sua abordagem de longa duração do processo histórico, sendo o papel da Revolução Francesa nesse processo mais de continuidade do que de ruptura. Na segunda parte, intitulada "Centralização e Revolução: continuidade e ruptura", abordamos o elemento essencial desse processo estrutural que foi a centralização administrativa do estado francês.

230

## Palavras-chave

Antigo Regime; Historiografia francesa; Revolução.

## Abstract

The purpose of this article is to analyze the works of Alexis de Tocqueville on the French Revolution. The text is presented in two parts. The first part, entitled "Tocqueville and the history of the Revolution: some questions of method", is dedicated to his groundbreaking methodology based on a long-term view of the historical process, which tended to stress the structural continuities instead of ruptures in the Revolution. The second part, entitled "Centralization and revolution: continuity and rupture", analyses the issue of the administrative centralization of the French State as the essential mechanism of this structural process.

## Keywords

Ancien Régime; French historiography; Revolution.

---

Recebido em: 13/6/2012

Aprovado em: 21/9/2012

Dentre todos os autores que escreveram sobre a Revolução Francesa, talvez Tocqueville possua o destino mais curioso. Basta atentarmos para o repertório de citações sobre suas obras feito naquele que é um verdadeiro balanço do bicentenário da Revolução Francesa: o livro *Adieu 1789*, de Steven Kaplan (KAPLAN 1993, p. 27). Nele ficamos sabendo que a obra de Tocqueville foi incensada pela maioria dos intelectuais e políticos, sem falar dos historiadores profissionais das mais diversas correntes que se pronunciaram à época do bicentenário. Isso chega até a tomar ares anedóticos, pois membros de confrarias tão diversas, como Bernard Pascal (jornalista conservador do *Le Figaro*) e Mona Ozouf (coautora com François Furet do *Dicionário da Revolução*), de um lado, e Georges Marchais (histórico chefe do PC francês), do outro, reivindicavam a autoridade do autor de *O Antigo Regime e a Revolução* para corroborarem suas ideias. Os motivos para a ampla aceitação desse autor ainda são mais curiosos. Ele é considerado tanto o grande campeão dos acontecimentos de novembro de 1989, suposto vencedor contra Marx,<sup>1</sup> como o grande iniciador de uma história ancorada no social.

Deixando de lado o aspecto anedótico que pode haver no prestígio de Tocqueville, o fato é que suas conclusões acabaram passando quase incólumes nas polêmicas trazidas à tona pelos autores chamados de “revisionistas” por Albert Soboul (SOBOUL 1988, p. 27-40). Dessa forma, tanto a *galáxia furetiana* quanto a *sobouliana* se comprazem em reivindicar como fundamento de suas reflexões alguns aspectos das análises de Tocqueville. Qual a razão para tanta aceitação? É o que tentaremos responder a seguir.

231

### **Tocqueville e a história da Revolução: algumas questões de método**

Um estudante de história que iniciasse seu contato com a obra de Tocqueville à época do bicentenário da Revolução Francesa, quase certamente o faria por meio dos escritos de François Furet e de seus discípulos. Seria natural que assim fosse dado o sucesso midiático e editorial desses historiadores e, mais especificamente, a ligação de Furet com o Instituto Raymond Aron e o seu trabalho de resgate da obra tocquevilliana no âmbito da historiografia.

Caso esse estudante fosse um leitor desavisado, sentir-se-ia, no mínimo, confuso. A *galáxia furetiana*, que privilegia uma interpretação do passado calcada nos valores da obra braudeliana e, portanto, na longa duração e numa história conceitual, fez de Tocqueville um dos seus santos padroeiros. Abordando

<sup>1</sup> “A recente decomposição do comunismo, a partir de 1989, de resto realçou mais ainda o lustre de Tocqueville lhe conferindo uma vitória sobre Marx, que se proclama definitiva” (MELONIO 1993, p. 278). Sobre esse balanço das obras desses dois gigantes, vale retomar a ironia de Cornelius Castoriadis, o qual afirmava que tal balanço era bizarro, na medida em que “[¼] se jogava por cima da borda Marx, mas ao mesmo tempo, com a água suja da banheira, se jogava não somente o bebê, mas a banheira, o próprio banheiro e, finalmente, a casa inteira. Isto é, sob o falacioso pretexto de que Marx teria cometido o erro de opor a realidade dos funcionamentos sociais ao que estava escrito nos códigos, apaga-se pura e simplesmente a realidade social-histórica na qual banha o regime político” (CASTORIADIS 1999, p. 177). O historiador Modesto Florenzano também parece partilhar dessa visão de “uma vitória sobre Marx” de Tocqueville. Contudo, em seu caso, essa vitória diria respeito mais à atualidade da concepção tocquevilliana da história e da política em comparação com a de Marx (FLORENZANO 2006, p. 3-4). Florenzano também abordou o tema da comparação entre Marx e Tocqueville em sua resenha do livro de Jasmin (FLORENZANO 1998, p. 147-152). Mas, como a polêmica em torno desses dois autores nunca acaba, há especialistas em Tocqueville que viram importantes semelhanças entre ele e Marx (Cf. BOESCHE 2009).

a Revolução mais como continuidade do que como ruptura, mais como acontecimento de natureza cultural e ideológica do que como uma revolução social, Furet foi buscar em Tocqueville, dentre outros, o respaldo para sua conceitualização da Revolução. Justo Tocqueville, que numa passagem célebre afirmou: “podem opor-me os indivíduos; eu falo em classes, pois somente elas devem ocupar a História” (TOCQUEVILLE 1982, p. 123-124).

De qualquer forma, é inegável que a obra de Tocqueville se presta a muitas interpretações. Tanto a historiografia universitária da Revolução Francesa e seus partidários quanto a revisionista reclamaram seu legado. Tanto Furet pôde afirmar, a partir dos escritos de Tocqueville, a continuidade entre o Antigo Regime e a Revolução, quanto Eric Hobsbawm colocar que “os escritos de Tocqueville sobre a Revolução Francesa foram mal lidos, como se fossem declarações de que ela não era necessária e afirmações a favor da continuidade histórica da evolução francesa” (HOBSBAWM 1996, p. 45).

Mesmo aquele que foi o ponto central das preocupações de Tocqueville, a democracia, está sujeito a interpretações diametralmente opostas, ao menos quanto ao que finalmente pretendia Tocqueville com a sua concepção de democracia, isto é, se a defesa de um regime democrático republicano, no qual era valorizada mesmo a *liberdade positiva*, como parece entender Justine Lacroix (LACROIX 2011), ou se, na verdade, Tocqueville seria “apresentado hoje como um teórico da democracia, quando, ao contrário, deve ser incluído claramente entre seus críticos”, como pensa Domenico Losurdo (LOSURDO 2004, p. 17).

232

Como quer que seja, o clássico de Tocqueville tem encontrado mais aceitação do que outros clássicos sobre a Revolução há muito tempo, sendo que sua aceitação quase unânime durante o bicentenário foi apenas o exemplo mais recente.<sup>2</sup> Várias são as razões para isso. Suas inovações metodológicas explicam em grande parte a recepção positiva de sua obra. Mas essas inovações não seriam compreensíveis sem o olhar particular que a biografia de Tocqueville lhe permitiu lançar sobre a Revolução. As pistas para entendermos esse olhar começam por sua relação pessoal com o grande evento revolucionário. Segundo Jean Claude Lamberti, durante sua vida, “Tocqueville permaneceu fascinado e horrorizado pela Revolução” (LAMBERTI 1983, p. 254). Essa fascinação pela Revolução em Tocqueville é um fato marcante. Sua própria biografia explica, em parte, esse fascínio e também seu horror.

Ele descendia de uma das mais tradicionais famílias da nobreza francesa, seus ancestrais mais longínquos foram à Inglaterra com Guilherme, o

<sup>2</sup> A história da recepção da obra de Tocqueville tem um lugar todo especial, e polêmico, nos estudos tocquevillianos. Aqui seguimos a visão de Françoise Melonio de que essa obra ficou fora de moda no período entre 1870-1950 e retornou com força após essa última data. Portanto, é desse segundo período que estamos tratando quando mencionamos a aceitação quase unânime de *O Antigo Regime e a Revolução* durante a comemoração do bicentenário do 14 de julho. Emblematicamente podemos pinçar duas apreciações dessa obra que demonstram essa aceitação. No começo da década de 1950, temos a afirmação daquele que muitos consideram como o mais importante historiador da Revolução, Georges Lefebvre, de que o *Antigo Regime e a Revolução* “era o mais belo livro até então escrito sobre a Revolução” (LEFEBVRE 1952, p. 19), e, no ano do bicentenário de nascimento de nosso autor, foi a vez de Krishan Kumar fazer uma afirmação que não deixa dúvidas a respeito da importância que ele atribui a *O Antigo Regime e a Revolução*. Para esse historiador, a obra de Tocqueville é o melhor “[...] book, not just on the French Revolution, but on revolution in general” (KUMAR 2005, p. 2121).

conquistador; os mais próximos de sua época se ancoravam na mais fina nobreza togada. Assim, Tocqueville poderia ter seguido o mesmo caminho de grande parte dos nobres franceses da Restauração e tornar-se politicamente uma figura ressentida. Pessoalmente, possuía muitas razões para isso. Tocqueville teve seu pai preso durante o Terror e seu bisavô, o célebre Malesherbes, guilhotinado. Com essa trajetória pessoal, ninguém que tivesse nascido em 1805, como é o caso de nosso autor, passaria incólume pela Revolução de 1789. Que atitude tomar diante desse acontecimento? Se lembrarmos que, por parte de sua mãe, Louise-Madeleine, uma Le Peletier Rosambo, ele tinha como ancestrais jacobinos da primeira hora – nada mais nada menos que Michel Le Peletier de Saint-Fargeau, primeiro mártir jacobino, e seu meio-irmão Félix Le Peletier, jacobino por toda a vida e que cuidou dos filhos de Babeuf – responder a essa questão fica ainda mais difícil.<sup>3</sup>

O fato de Tocqueville ter ancestrais de ambos os lados da Revolução talvez tenha feito com que tanto sua fascinação quanto o seu horror por ela nunca significassem falta de lucidez. Assim, sua história da Revolução não é cheia de acrimônia, nem mesmo superestima o papel da aristocracia, muito menos dá um enfoque que privilegie as virtudes e sofrimentos da nobreza do Antigo Regime. Ao contrário, Tocqueville faz a história da sociedade do Antigo Regime pensando-a como a história nacional da França de sua época, fato aceito e até certo ponto acabado. Daí que expressões como “nossos pais” ponteiem recorrentemente seu texto sobre o Antigo Regime quando se refere aos homens que fizeram a história da França revolucionária.

Sua lucidez permitiu que sua obra introduzisse na historiografia não só novas interpretações do Antigo Regime e da Revolução, como também inovações metodológicas. A historiografia de Tocqueville nos incita a olhar para a história de uma maneira diferente: somos convidados a deixar de lado a narrativa dos acontecimentos e a psicologia dos personagens principais e mergulharmos numa história nova, uma história de longa duração.<sup>4</sup>

Como os homens de seu tempo, Tocqueville não separava a história da ciência política (MELONIO 1993, p. 123). Conforme Melonio, ele não só não distingue a história da ciência política, como compartilha com seus contemporâneos a convicção de que “o saber histórico não é separável de sua utilidade moral e que a história tem por vocação dar ao presente seu sentido político” (MELONIO 1993, p. 132-133). Usando outro jargão, Marcelo Gantus Jasmin parece chegar à mesma conclusão de Melonio: para Tocqueville, a historiografia atuava como

<sup>3</sup> O próprio Tocqueville nos indica outra razão para essa falta de ressentimentos: “sendo membro da aristocracia de minha pátria, não tinha o menor ódio nem inveja contra a aristocracia, mas, tendo sido destruída, carecia também de amor por ela, porque só se ama solidamente o que vive. Estava suficientemente perto dela para conhecê-la e suficientemente longe para julgá-la sem paixão. E o mesmo tenho que dizer do sistema democrático. Nenhuma lembrança de família, nenhum interesse pessoal me inclinava natural e necessariamente para ele. Não tinha recebido dele nenhuma injúria; não tinha nenhum motivo particular para amá-lo ou para odiá-lo, só os que me subministrava minha razão. Numa palavra, estava natural e instintivamente atraído por um ou por outro, e não tenho tido necessidade de grandes esforços para olhar tranquilamente para ambos os lados” (TOCQUEVILLE *apud* FLORENZANO 1999, p. 38).

<sup>4</sup> Émile Faguet (1847-1916), um comentarista do fim do século XIX, chegou a analisar a obra de Tocqueville com tons que fazem dele um precursor de Fernand Braudel. Segundo esse autor, Tocqueville teria nos convidado a deixar uma história acidental por uma história que estudasse a fisiologia dos povos, seu fundo permanente e suas regiões profundas (Cf. MELONIO 1993, p. 149-150; FAGUET 1900, p. 75-76).

problema político central para a elaboração política (JASMIN 2005, p. 29). História e política eram assim coisas inseparáveis, ainda mais que, no caso de Tocqueville, isso implicava numa atuação política.<sup>5</sup> Não admitindo uma história presa a determinismos e supondo como fundamental o papel moral tanto dos historiadores quanto dos políticos, a relação estabelecida por Tocqueville entre história e política é análoga à que existe entre processo e ação (JASMIN 2005, p. 195).

A partir dessa simbiose história/política, podemos concluir que a obra *O Antigo Regime e a Revolução* pode ser lida tanto como um clássico do pensamento político quanto da história. É por meio desse último aspecto que desenvolveremos as considerações que se seguem.

Refletindo sobre o trabalho que pretendia realizar, Tocqueville afirmava que queria fazer uma história diferente da que se fizera até sua época. Não pretendia mostrar “le dessus de l’objet” (TOCQUEVILLE *apud* MELONIO 1993, p. 131), mas sim voltá-lo para cima e mostrar o que estava embaixo dele. Seu desejo era colocar em prática aquilo que considerava sua verdadeira vocação: julgar os fatos mais do que contá-los, realizar uma “busca das origens” mais do que uma “narrativa dos acontecimentos”. Nesse sentido, sua tarefa se coadunava com a busca das estruturas profundas da história, o que, por sua vez, implicava não se contentar com os discursos oficiais (MELONIO 1993, p. 232).

Tendo em mente esses objetivos, a interpretação de Tocqueville se diferencia de outras contemporâneas a ela, como as de Lamartine, Louis Blanc e Jules Michelet. Para levar adiante uma história do Antigo Regime que privilegiasse a interpretação em detrimento da narrativa,<sup>6</sup> uma história que buscasse as estruturas profundas da sociedade francesa, seu trabalho implicou uma “fusão dos fatos com as ideias, da narração com o julgamento, da ‘história propriamente dita’ com a ‘filosofia da história’” (JASMIN 2005, p. 198); em resumo, a junção entre a reflexão filosófica e a história.

Assim concebido, *O Antigo Regime e a Revolução* originou uma importante mudança de perspectiva metodológica no fazer histórico. Nas palavras de Françoise Melonio: “o *Antigo Regime* abre a via de uma história nova, explicando pela longa duração as mentalidades, as práticas e as paixões” (MELONIO 1993, p. 133).<sup>7</sup> Esse recurso às causas longínquas do presente pode ser explicado, em parte, pelo fato de Tocqueville encarar a revolução democrática como uma realidade providencial. A vontade providencial só pode ser compreendida na análise de longo curso da história, ou, em outras palavras, a Providência se confunde com a história multissecular: só essa seria capaz de permitir a apreensão do sentido da história, o que, por sua vez, nada mais é do que a Providência.

Ao mesmo tempo, o recurso à Providência tem a função de aplacar a consciência de seus contemporâneos, dos nobres ressentidos – e por que não

<sup>5</sup> Tocqueville foi deputado durante a Monarquia de Julho (1830-1848) e foi eleito também para o Parlamento da II República (1848-1851).

<sup>6</sup> Nesse aspecto é tocante sua diferença com a monumental história de Michelet que, sendo também uma interpretação dos acontecimentos, é sobretudo uma brilhante narrativa dos mesmos.

<sup>7</sup> O caráter inovador de Tocqueville também é sublinhado por Albert Soboul (SOBOUL 1988, p. 28).



dizer, do próprio Tocqueville – apresentando o processo de equalização das condições sociais como um fato inelutável, algo que se inscreve na história, mas que tem a chancela do incognoscível, do extra-humano. Nesse sentido, o recurso à Providência como “causa primeira” é um pressuposto irrecorrível.

Contudo, como afirmamos acima, Tocqueville não separava o saber histórico da prática política: a história implicava necessariamente nessa última. Assim, constatada a fatalidade da democracia revelada no processo histórico, cabia à ação do homem um amplo espaço de atuação para impedir aquilo que Tocqueville considerava a praga que assolava a época democrática: o despotismo democrático. Ligado ao processo de centralização e a seu tipo antropológico correspondente – o indivíduo moderno –, o despotismo democrático é fruto da privatização e da passividade política que lhe é correspondente. Ao constatar a dimensão providencial da época democrática, o autor de *O Antigo Regime* afirmava a necessidade da ação humana na tarefa hercúlea de evitar que a democracia descambasse para o despotismo, lutando para fazer com que ela se mantivesse nos quadros de um regime liberal. Segundo Marcelo Jasmin, esse é o problema tocquevilliano, o qual “se elabora justamente pela necessidade de oferecer perspectivas alternativas ao fatalismo, o que só poderia acontecer pela reatualização da noção aristocrática de que o homem pode comandar a si mesmo, condição da autonomia e da liberdade políticas” (JASMIN 2005, p. 239).

Antes de enveredar pelo passado da França, Tocqueville já tinha se tornado famoso por sua obra sobre a democracia norte-americana, na qual demonstrava a fatalidade dessa democracia (TOCQUEVILLE 1987). Em *O Antigo Regime*, ele parte de uma outra perspectiva: a continuidade que se pode encontrar nas origens (MELONIO 1993, p. 124). Essa busca, pano de fundo permanente da mentalidade tocquevilliana, é original, mas também conforma um conjunto de ideias que se ancora na historiografia liberal da Restauração.

Durante o fim da década de 1820, Tocqueville frequentou os cursos de Guizot na Sorbonne. Aí continuou a expandir seu aprendizado dos chamados autores doutrinários,<sup>8</sup> que tinha começado com outro membro desse grupo de pensadores: Royer-Collard (JARDIN 1988, p. 71). Tanto os doutrinários quanto os historiadores liberais como Mignet ou Thierry, desenvolveram uma história da Revolução Francesa que privilegiava o aspecto social do acontecimento. Era unânime para esses dois grupos a concepção originalmente desenvolvida por Antoine de Barnave à época da Revolução que dizia que a história moderna da França era norteadada pela ascensão das classes médias produtoras (BARNAVE 1960). Esses historiadores utilizavam-se do modelo ternário aristocracia-rei-Terceiro Estado para darem um sentido ao acontecimento centrado na ascensão da burguesia.

Tocqueville muda essa perspectiva. Ele privilegia a relação monarquia-aristocracia, centrando sua análise na progressiva perda de poder da nobreza ao longo do Antigo Regime. Seu trabalho parte de uma questão central: como

<sup>8</sup> Políticos franceses da Restauração (1815-1830) cujo pensamento político era uma mescla de ideias liberais e conservadoras e que buscavam dar a elas uma condição mais doutrinária. François Guizot foi o doutrinário mais conhecido. No dizer de André Jardin, esses políticos tinham uma “missão comum: trabalhar pela reconciliação da antiga monarquia com a França nova” (JARDIN 1998, p. 280).

explicar a vontade de mutação radical dos franceses? A resposta contém uma análise do Antigo Regime a partir de uma nova perspectiva interpretativa e uma concepção teórica da história de largo fôlego. Sua história não busca uma possível conspiração filosófica e maçônica, como fez a do abade Augustin Barruel, ou a loucura sangrenta dos revolucionários, na esteira do pensamento de Burke (MELONIO 1993, p. 132). Foi no absolutismo que ele encontrou a chave para essa questão. Dessa análise brotou sua hipótese fundamental sobre a centralização, que, como afirma Jean Claude Lamberti, buscava “[...] distinguir a centralização administrativa da centralização governamental” (LAMBERTI 1983, p. 272). Tocqueville considerava a centralização administrativa como o elemento que teria tido a função de rearranjar toda a estrutura da sociedade francesa pré-revolucionária. Portanto, seu trabalho privilegia o aspecto político – a centralização – em detrimento da explicação social – a ascensão da burguesia.

### **Centralização e Revolução: continuidade e ruptura**

Se existe uma hipótese interpretativa inovadora em *O Antigo Regime e a Revolução* é a que nega o discurso dos revolucionários sobre si mesmos, discurso que identificava a Revolução como um ponto de partida. Segundo essa visão, a Revolução fez tábua rasa do passado e se caracterizou como uma ruptura. Esse pensamento foi retomado mais tarde pelos historiadores que atribuíram à Revolução uma série de inovações, sobretudo a ideia de que o governo jacobino, lutando contra poderosos inimigos internos e externos, tinha feito da unidade nacional e da centralização administrativa suas bandeiras principais. Dessa forma, o governo revolucionário teria sido o implementador histórico dessa centralização. Entre ruptura e continuidade, esses historiadores reafirmavam a interpretação da Revolução como um momento de ruptura.

Tocqueville fez um percurso inverso a esse em sua história da Revolução. Nela, ele afirmava que “por mais radical que tenha sido a Revolução, inovou muito menos do que se supõe geralmente” (TOCQUEVILLE 1982, p. 67). Pode-se perceber isso justamente na sua visão da centralização administrativa creditada aos revolucionários, a qual considerava como um processo anterior à Revolução e o acontecimento que teve a função de ser a matriz geradora do processo revolucionário. Tocqueville introduz essa perspectiva inovadora sobre a centralização administrativa no capítulo II do livro segundo de *O Antigo Regime e a Revolução*. Já na abertura desse capítulo, ele comentava, de forma irônica, que

outrora, no tempo em que tínhamos assembleias políticas na França, ouvi um orador falar na centralização administrativa, “esta bela conquista da Revolução que a Europa nos inveja”. Admito que a centralização é uma bela coisa, consinto que a Europa nos inveje, mas sustento que não é uma conquista da Revolução. É, ao contrário, uma conquista do Antigo Regime, aliás a única parte da constituição política do Antigo Regime que sobreviveu à Revolução porque era a única que podia encaixar-se no novo estado social criado por esta revolução (TOCQUEVILLE 1982, p. 77).

Na verdade, para Tocqueville, a Revolução nada mais foi “[...] que o complemento do trabalho mais longo e do término repentino e violento de uma

obra à qual dez gerações tinham trabalhado” (TOCQUEVILLE 1982, p. 67). Assim, ele estabeleceu uma interpretação da Revolução na qual o processo revolucionário continuava a obra iniciada pelo Estado absolutista. Portanto, subverteu a relação entre continuidade e ruptura, localizando a ruptura no longo processo histórico e a Revolução como continuidade desse processo.

Ao estabelecer um novo problema para a relação continuidade-ruptura, Tocqueville redimensionou o papel da Revolução. O que até então era considerado “o acontecimento mais importante da história ocidental moderna ganha o estatuto de supérfluo quando inscrito no contexto mais abrangente da revolução democrática universal” (JASMIN 2005, p. 219). Dessa forma, Tocqueville diminuiu a dimensão do que ocorreu em 1789, situando a Revolução num contexto mais amplo. Essa interpretação seria mais tarde, em parte, retomada por historiadores como Robert R. Palmer (1959, 1964) e Jacques Godechot (1983),<sup>9</sup> que também redimensionariam o papel da Revolução, situando-a no contexto de uma revolução atlântica.

Se compararmos o ofício de Tocqueville como historiador com o de outros historiadores, como por exemplo, Michelet, veremos que, ao contrário desses, Tocqueville não se propõe estudar o acontecimento revolucionário e retirar, a partir daí, sua dimensão histórica. Como já afirmamos, seu estudo é mais político do que social, e sua história política baseia-se numa longa duração, buscando mais as estruturas profundas da sociedade francesa do que a história do acontecimento.

Dessa forma, em *O Antigo Regime e a Revolução*, Tocqueville se propôs analisar o processo multissecular da revolução democrática universal. Esse processo foi fruto de todas as condições que levaram ao nivelamento social, e esse nivelamento era dependente de como, ao longo do tempo, modificou-se a relação entre a monarquia e as classes sociais feudais, em particular a nobreza. Nessa relação, a centralização possuía o papel principal, já que funcionava como o verdadeiro solvente das antigas relações feudais.

Esse processo de centralização<sup>10</sup> desencadeado pelos monarcas franceses implicou numa série de modificações na geografia política francesa, como, por exemplo, a preponderância de Paris sobre o resto do reino. Porém, seu resultado mais importante, aquele que de fato levaria à decomposição de toda a estrutura feudal francesa, seria a eliminação da função política da nobreza e sua paulatina transformação em casta. Esse processo foi paralelo ao da promoção social do Terceiro Estado pela monarquia.

Assim, o Estado absolutista, no seu processo evolutivo, esmagou os direitos realengos da nobreza francesa, principalmente seus poderes locais. Tocqueville acreditava que nos primórdios da história francesa houvesse algo semelhante ao *self-government*, que ele analisara em *A democracia na América*. As comunas e

<sup>9</sup> Para um comentário sobre essa questão, ver BETOURNÉ; HARDIG 1989, p. 116-124.

<sup>10</sup> Processo no qual Tocqueville parece isentar a monarquia de culpa ao afirmar que o processo centralizador é um processo instintivo: “nada indica que para realizar este trabalho difícil o governo do Antigo Regime tenha seguido um plano profundamente estudado de antemão: contentou-se em seguir o instinto que leva qualquer governo a querer dirigir sozinho seus negócios [...]” (TOCQUEVILLE 1982, p. 88).



os parlamentos exerceriam um poder semelhante aos poderes locais existentes na sociedade norte-americana da década de 1830.

Nesse ambiente no qual se formou o Estado moderno, cada vez mais se formava uma relação nova entre os diversos grupos sociais existentes na sociedade feudal, na qual um conjunto de poderes locais e intermediários contrabalançava o poder da monarquia; era isso que, para Tocqueville, constituía a liberdade da nobreza francesa. No contexto do absolutismo, esses poderes desapareceram e, com eles, essa liberdade. Em seu lugar, estabeleceu-se uma relação cada vez mais polarizada e dominante: num polo, o Estado, no outro, o indivíduo. Os papéis sociais dos diversos estamentos foram substituídos por um processo de equalização social que fez os indivíduos semelhantes entre si de uma maneira nunca antes vista.

É esse processo que Tocqueville chama de democracia, contrariando a tradição criada desde Aristóteles de classificar a democracia como uma forma de governo. À primeira vista, dar à democracia esse significado poderia confundir os estudiosos mais atentos da história francesa do período – pois é bastante questionável se as imensas diferenças sociais do Antigo Regime poderiam ser confundidas com a igualdade de condições. No entanto, o que Tocqueville, na verdade, queria dizer com democracia e seu significado de equalização social era algo mais amplo do que a generalização da propriedade camponesa e a cada vez maior proximidade do Terceiro Estado com a nobreza. Não se tratava somente da igualdade em relação aos bens materiais,<sup>11</sup> mas fundamentalmente uma igualdade multifacetada, que se produz na mentalidade, nos hábitos culturais, nos objetivos sociais, entre outros. Segundo Melonio, “o que retém Tocqueville é, pois, menos a igualdade como fato do que a igualdade como norma da existência social: ‘fé’ nova, ‘igualdade imaginária’ que aproxima os homens ao nível comum ‘a despeito da desigualdade real das condições’” (MELONIO 1993, p. 105).<sup>12</sup> Portanto, os homens se tornaram cada vez mais semelhantes entre si na sociedade pré-revolucionária, pelo menos os que estavam acima do povo.

Tocqueville chegou a afirmar que, outrora, os homens do Terceiro Estado e os nobres pertenciam a duas raças distintas, mas que, no século XVIII, nada mais os separava a não ser o privilégio, por essa razão, ainda mais odioso. Tocqueville exemplificou essa situação citando o caso dos nobres de uma confraria do Franco-Condado que só admitiam entre eles nobres de quatro costados, mas que voltavam para casa a pé de suas reuniões (TOCQUEVILLE 1982, p. 106).

Como afirmamos, para nosso autor, o resultado mais importante do processo de centralização foi a eliminação dos poderes da nobreza feudal. Nesse sentido, a centralização significou o fim da liberdade e da autonomia municipal, levando a um contínuo processo de formação do individualismo e

<sup>11</sup> A maneira como Tocqueville encarava a ideia de igualdade parece dever bastante a Benjamin Constant. Este último, longe de ver nessa ideia apenas uma noção que teria provocado a explosão revolucionária de 1789, acreditava que ela era o objetivo central de sua época e o fim último a ser atingido pela história do homem (CONSTANT 2002, p. 224). É também o que pensa Marcel Gauchet (GAUCHET 1997, p. 42).

<sup>12</sup> Já para Claude Nicolet, a democracia a que se refere Tocqueville, tinha pouco a ver com o governo, pois era “simplesmente ‘a igualdade de condições’, isto é, não aquela das fortunas ou das funções, mas a igualdade jurídica e, poder-se-ia dizer, social – no sentido *behaviourist* da palavra” (NICOLET 1994, p. 19).

à tendência a uma crescente privatização e indiferença cívica. Ao ser relegada pela monarquia absolutista, não restou outra coisa à nobreza do Antigo Regime a não ser transferir toda sua força política para o Estado,<sup>13</sup> que, todo-poderoso, tomou o lugar da Providência.

O Estado aparece, assim, aos homens do Antigo Regime como “o agente único e indispensável da vida pública” (TOCQUEVILLE 1982, p. 98). A partir dessa constatação, Tocqueville enuncia a ideia de que na sociedade pré-revolucionária as pessoas responsabilizavam o governo até pelas situações mais banais, “mesmo as mais inevitáveis como as intempéries das estações” (TOCQUEVILLE 1982, p. 100). Na década de 1940, Ernest Labrousse conceituou essa mentalidade do Antigo Regime com a ideia de “imputação ao político” (LABROUSSE 1973).

Ao deslocar a nobreza feudal, a consequência mais grave para o processo histórico francês foi submeter todo o poder político à monarquia por meio da centralização administrativa. Ao mesmo tempo, isso provocou o aparecimento da indiferença cívica. Por sua vez, isso gerou a inexperiência política por parte dos homens do Antigo Regime, a qual Tocqueville responsabilizava pelo desenvolvimento do espírito revolucionário. Sem conhecimento da prática política, os franceses só encontraram espaço para sua vocação política na esfera intelectual. Isso provocou um descompasso entre os intelectuais da Era das Luzes e o ambiente político, o que produziu “um espírito literário que trata as coisas da política como as da matemática ou da especulação pura” (JASMIN 2005, p. 231). Conforme Tocqueville, os homens de letras franceses

239

eram ouvidos discorrendo todos os dias sobre a origem das sociedades e suas formas primitivas, sobre os direitos primordiais dos cidadãos e das autoridades, sobre as relações naturais e artificiais dos homens, sobre os erros e a legitimidade dos costumes e sobre os próprios princípios das leis (TOCQUEVILLE 1982, p. 143).

Eles eram, assim, muito propensos a criar sistemas políticos racionais que pretendiam reverter toda a realidade social. A intelectualidade influenciou profundamente a mentalidade francesa, chegando a penetrar os espíritos dos ociosos, dos camponeses e das mulheres, os quais em seus cadernos de queixas pediam – o que Tocqueville leu com terror – “a abolição sistemática e simultânea de todas as leis e de todas as práticas em uso no país” (TOCQUEVILLE 1982, p. 146).

Com o desenvolvimento do processo de centralização, a nobreza francesa produziu uma defesa que não tentou reconquistar seus direitos políticos perdidos, mas sim manter o apego aos privilégios de precedência, fiscais e outros. Nessa dinâmica, a nobreza francesa transformou-se em casta. Nesse ponto de sua história, Tocqueville tratou da notória comparação entre a nobreza francesa e a nobreza inglesa: esta última, ao contrário da francesa, transformou-se com o tempo numa aristocracia. Ao longo desse processo, a nobreza francesa do Antigo

<sup>13</sup> Tocqueville passa a impressão de que os nobres franceses entregaram a sua tão decantada liberdade sem reagir, o que é um equívoco. É certo que os Bourbons conseguiram eliminar a força política da nobreza francesa. No entanto, essa classe não entregou o poder sem lutar. Basta lembrarmos a Fronda.

Regime perdeu sua função, detendo apenas seus privilégios. Esses, não tendo mais nenhuma reciprocidade política, tornaram-se mais odiosos. Num século de prosperidade, como foi o século XVIII, a sobrevivência desses privilégios, segundo Tocqueville, tornaram-se mais e mais detestados à medida que seu peso diminuía com o tempo. Para ele, esse é um dos pontos capitais. Ao passo que, para a maioria dos historiadores, a regra era considerar que uma sociedade só desembocava numa revolução quando estava indo de mal a pior, nosso autor afirmava que o regime que uma revolução destrói é quase sempre melhor do que aquele que o precedeu (TOCQUEVILLE 1982, p. 166). Nesse aspecto, ele antecipava Jean Jaurès ao afirmar que a Revolução era fruto da prosperidade (BETOURNÉ; HARDIG 1989, p. 30).

### **Considerações finais**

Fascinado e ao mesmo tempo horrorizado com o espetáculo revolucionário, Tocqueville produziu uma interpretação que buscou entender o passado francês e a modernidade como um todo como um espaço de atuação de dois elementos opostos: a liberdade e a servidão. Olhando para o passado, ele discerniu na história europeia uma época em que a nobreza feudal foi capaz de comandar a si própria e a seus dependentes. Foi a era de ouro da liberdade dessa nobreza, suprimida com a emergência do Estado moderno. Este era fruto da centralização administrativa, e sua implantação foi paralela a um processo de equalização das condições sociais. Ambos, centralização administrativa e equalização das condições sociais, que tiveram sua origem numa época muito recuada no passado, tinham, na visão de Tocqueville, uma causa que se confundia com a fatalidade histórica e cuja razão de ser só a Providência poderia revelar.

240

Dessa forma, o Estado moderno francês forjou-se nos escombros das liberdades comunais e dos contrapesos políticos que caracterizaram a formação social feudal. Substituindo o "nobre pelo intendente", a monarquia absoluta francesa remodelou toda a estrutura administrativa herdada da feudalidade a tal ponto que, na arena política, só sobraram dois elementos: suas próprias estruturas e o indivíduo. Figura antropológica nova na paisagem, o indivíduo moderno nasceu junto com uma mentalidade social que resvalava para a privatização e a indiferença cívica.

Nesse ambiente, no qual, de um lado, vemos a presença maciça do Estado e, do outro, a figura isolada do homem, sem ligações corporativas ou tribais com seus semelhantes, o Estado passou a ser o depositário exclusivo de todo o interesse político. Presença obsedante para o indivíduo moderno, chamado a solucionar todos os dramas sociais, o Estado "naturalmente" tomou o caminho do despotismo, ainda mais que as novas classes sociais modernas, voltadas para suas satisfações hedonistas e preocupadas unicamente com seus desejos de segurança para gozarem tranquilamente seus prazeres materiais, entregaram confortavelmente ao Estado toda sua preocupação política.

O despotismo, centro das preocupações de Tocqueville, caracterizou-se pela incapacidade de o indivíduo moderno de interagir decisivamente com as estruturas públicas. Antes de ser um Estado orwelliano, como poderia parecer à

primeira vista, o despotismo democrático é característico de uma formação social na qual a passividade política é a tônica e o indivíduo está predominantemente preocupado com seus ganhos materiais.

Assim sendo, nessa formação social raramente o Estado precisa usar a força; antes, facilmente ele faz os indivíduos obedecerem pelos benefícios materiais que pode lhes proporcionar. Por conseguinte, esse é um despotismo diferente daquele concebido por Montesquieu. O autor de *O espírito das leis* afirmava que a cada forma de governo correspondia um princípio: à democracia correspondia a virtude, à aristocracia, a honra, e ao despotismo, o medo (MONTESQUIEU 2000, p. 31-40). Contudo, como afirma Boesche, no despotismo concebido por Tocqueville, o medo foi substituído pelo suborno (BOESCHE 1987, p. 250).

Diante desse quadro, Tocqueville produziu uma interpretação cujo centro é a relação entre a história e a política. Descobrir os principais elementos causais da história moderna europeia – os quais, na verdade, confundem-se com a emergência fatal da democracia –, assim como analisar os passos que permitiram o surgimento do processo de equalização social, sempre foi uma das preocupações principais de Tocqueville na medida em que ambos os processos colocavam ao homem contemporâneo a escolha entre a servidão e a liberdade. Daí que a história de Tocqueville possua um viés “história mestra da vida”, pois ela implicava num conhecimento e compromisso moral possível dentro de um processo histórico em relação ao qual pouco se poderia fazer. Para o autor, tratava-se de um conhecimento histórico que deveria compreender a razão de ser da época democrática e de um compromisso moral no sentido de evitar sua tendência para o despotismo, para a servidão, pelo emprego da ação política no aqui e agora. Assim, história e política estavam inextricavelmente ligadas, o que significava para Tocqueville a possibilidade de usar o conhecimento do passado para impedir que a democracia caísse no despotismo.

241

### Referências bibliográficas

- BARNAVE, Antoine Pierre Joseph Marie. **Introduction à la Révolution Française**. Paris: Armand Colin, 1960.
- BETOURNÉ, Olivier; HARDIG, Aglaia I. **Penser l’histoire de la Révolution**. Paris: Éditions la Découverte, 1989.
- BOESCHE, Roger. **The strange liberalism of Alexis de Tocqueville**. Ithaca: Cornell University Press, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Tocqueville and Marx: not opposites**. Disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1448947](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1448947). Acesso em: 18/11/2009.
- CASTORIADIS, Cornelius. **Figures du pensable: les carrefours du labyrinthe 6**. Paris: Seuil, 1999.
- CONSTANT, Benjamin. Da força do governo atual da França e da necessidade de apoiá-lo. Tradução Josemar Machado de Oliveira. **Revista de História da USP**. São Paulo, nº 145, p. 139-174, 2º semestre de 2002.

- FAGUET, Émile. **Politiques et moralistes du XIXe siècle**: Stendhal, Tocqueville, Proudhon, Sainte-Beuve, H. Taine, E. Renan. Paris: Lecène/Oudin, 1900.
- FLORENZANO, Modesto. Tocqueville e história política: seu (encobrimento) e (re)descobrimto pela historiografia francesa do século XX. **Rascunhos de história**. Rio de Janeiro, nº 12, p. 1-29, 2006.
- \_\_\_\_\_. Tocqueville diante da democracia e da Revolução. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. São Paulo, Vol. XCV, p. 25-55, 1999.
- \_\_\_\_\_. Resenha do livro Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política de Marcelo Gantus Jasmin. **Revista de História da USP**. São Paulo, nº 138, p. 147-152, 1998.
- FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. Traduzido por Luiz Marques e Martha Gambini. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GAUCHET, Marcel. Préface. In: CONSTANT, Benjamin. **Écrits politiques**. Paris: Gallimard (Folio), 1997.
- GODECHOT, Jacques. **La Grande Nation**. Paris: Aubier-Montaigne, 1983.
- HOBSBAWM, Erich J. **Ecos da marsehesa**. Traduzido por Maria Célia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- JARDIN, André. **Alexis de Tocqueville 1805-1859**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- 242 \_\_\_\_\_ **Historia del liberalismo político**: de la crisis del absolutismo a la constitución de 1875. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- JASMIN, Marcelo Gantus. **Alexis de Tocqueville**: a historiografia como ciência da política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- KAPLAN, Steven I. **Adieu 1989**. Paris: Fayard, 1993.
- KUMAR, Krishan. Revolution. In: HOROWITZ, Maryanne Cline (Ed.). **New dictionary of the history of ideas**. Detroit: Thomson Gale, 2005.
- LABROUSSE, Ernest. **Fluctuaciones económicas e historia social**. Madrid: Editorial Tecnos, 1973.
- LACROIX, Justine. **Du suffrage universel à la participation universelle**: pour une obligation libérale de se rendre aux urnes. Disponível em: [http://dev.ulb.ac.be/sciencespo/dossiers\\_membres/lacroix-justine/fichiers/lacroix-justine-publication231.pdf](http://dev.ulb.ac.be/sciencespo/dossiers_membres/lacroix-justine/fichiers/lacroix-justine-publication231.pdf). Acesso em: 07/11/2011.
- LAMBERTI, Jean Claude. **Tocqueville et les deux démocraties**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.
- LEFEBVRE, Georges. Introduction. In: TOCQUEVILLE, Alexis de. **Oeuvres complètes**. Paris: Gallimard, 1952.
- LOSURDO, Domenico. **Democracia ou Bonapartismo**: triunfo e decadência do sufrágio universal. Traduzido por Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora UNESP, 2004.



- MELONIO, Françoise. **Tocqueville et les Français**. Paris: Aubier, 1993.
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat, barão de. **O espírito das leis**. Traduzido por Cristina Murachco. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- NICOLET, Claude. **L'idée républicaine en France (1789-1924)**. Paris: Gallimard, 1994.
- PALMER, Robert R. **The age of the Democratic Revolution (1770-1792)**. Princeton: Princeton University Press, 1959.
- \_\_\_\_\_. **The age of the Democratic Revolution (1792-1799)**. Princeton: Princeton University Press, 1964.
- SOBOUL, Albert. **La civilization et la Révolution Française**. Paris: Arthaud, 1988.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução**. Traduzido por Yvonne Jean. 2ª ed. Brasília: Editora da Unb, 1982.
- \_\_\_\_\_. **A democracia na América**. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1987.